

ATA DA 209ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 09/06/2016

PRESIDENTE

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

NADIR FRANCISCO DO AMARAL

SECRETARIA EXECUTIVA DO CMS-SP

MARCIA MULIN FIRMINO DA SILVA

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

MARIA ADENILDA MASTELARO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
PAULO ROBERTO BELINELO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
ADÃO DO CARMO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
SUELY LEVY BENTUBO FONSECA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE
CENTRO

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA E SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE
SAÚDE CENTRO

FRANCISCA ANDRADE QUINTEROS (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE
SUL

JOÃO CORTEZ NETO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

HUGO FANTON RIBEIRO DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE
OESTE

ANA ARLENE CARVALHO GOUVEIA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE
OESTE

MARIA REGINA DA COSTA E SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE
NORTE

VERA LUCIA DIAS PADILHA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MARIZI DA SILVA FERREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MARIA CONCEIÇÃO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E
COMUNITÁRIOS

FRANCESCA EDNELDA ANDRADE GOMES (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E
COMUNITÁRIOS

JOÃO CORDEIRO (SUPLENTE) -- REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

DARCY DA SILVA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

AIRSON DA COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
FRANCISCO JOSE C. DE FREITAS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ELIZABETE FERREIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
REGINA CÉLIA PEDROSA VIEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
CÁSSIA SCHIFFER ROGERO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
NADIR FRANCISCO DO AMARAL (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
PEDRO CARLOS STELIAN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
EULÁLIA ALVES CORDEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
DIONÍSIO REIS SIQUEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
EVANICE GOMES DE OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

IVONILDES FERREIRA DA SILVA - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ANA ROSA GARCIA DA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
LOURDES ESTEVÃO DE ARAÚJO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
VALÉRIA LUZIA FERNANDES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
GRAÇA MARIA DE CARVALHO CÂMARA (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
DURVAL RODRIGUES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
MARLY APARECIDA LOPES ALONZO MAZZUCATO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS
CINTHYA COSME GUTIERREZ DURAN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA

Representantes das Instituições Governamentais:

MARIA JOSÉ ROLLO RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
LUCIANA AMARAL TIRADENTES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO

Representantes do Poder Público:

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
ANDREZA TONASSO GALLI (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
TIAGO MORAES COELHO DALE CAIUBY (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
FÁBIO JULIO MOTOA DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DENIS VIEIRA PINTO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARIA CÍCERA DE SALLES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

MANOEL OTAVIANO DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
GERSONITA PEREIRA DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ÉDER GATTI FERNANDES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
SELMA MARIA SILVA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
MARIA CRISTINA BARBOSA STOROPOLI (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
CÉSAR AUGUSTO DE OLIVEIRA PAIM – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

III – Ausentes:

MARIA MACEDO COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
ANSELMO SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

ANGELA APARECIDA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS
CATEGORIA SAÚDE
VIVIANE DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
IRAMIR BASTOS GOMES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS
IVAN GUILHERME LADAGA VICENTE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
CECÍLIA CLEONICE RIBEIRO MARTINS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARCO TADEU MOREIRA DE MORAES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DENIZE CALVO COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

IV – Visitantes:

Conforme Lista

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP:

MARCIA MULIN FIRMINO DA SILVA - SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMS/SP

DIGITAÇÃO:

AMANDA SAMPAIO MACHADO DA SILVA – AGPP
EMMANUEL DUDA CÂNCIO DOS SANTOS - AGPP

REVISÃO GERAL:

MARCIA MULIN FIRMINO DA SILVA - SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMS/SP

PAUTA

A- Aprovação das Atas da 207ª (20/04/2016) e 208ª (12/05/2016) Reunião Plenária Ordinária do CMS-SP.

B- Informes da Mesa

- 1 - Ofício do SIMESP: paralisação dos médicos do Hosp Universitário da USP a partir de 30/05/16.
- 2 – Programação Anual de Saúde 2017 – Cronograma.

C- Informes dos Conselheiros

D- Ordem do Dia

- 1 - O SUS na conjuntura atual
(Dr Alexandre Padilha)
- 2 – Falta de medicamentos e insumos na rede de atenção à saúde da SMS

E – Deliberações

- 1 - Nota de Repúdio à Revista Veja pela matéria publicada difamando o Secretário Municipal de Saúde São Paulo, Dr. Alexandre Padilha (conselheiro Costa)
- 2 - Congresso de Comissões (Panorama dos Contratos de Gestão): Encaminhamentos
- 3 - Seminário de Planejamento do CMS/SP: Continuidade

4 - CPI dos Planos de Saúde na Câmara Municipal SP: solicitação do Relatório Final

5 - Indicações de representante de Usuários para Comitê de Ética em Pesquisa das seguintes instituições:

- Hospital Alemão Oswaldo Cruz
- Hospital Municipal Campo Limpo
- Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)
- Hospital Bandeirantes
- Hospital do Coração (HCor)- Associação do Sanatório Sírio
- Faculdade Santa Marcelina (FASM)
- Ophthal Hospital Especializado Ltda

6 - Indicação de representantes de usuários do CMS/SP para o Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos (CPOP) – SMRG-PLANEJA SAMPA.

7 - Indicação de representante do CMS/SP para acompanhar Processo Eleitoral do CG da STS Vila Mariana.

Nadir, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Inicia a reunião. Realiza a leitura da pauta.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicita a inclusão de uma moção de repúdio ao Ministro da Saúde.

Nadir, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Removido o item CEP do Hospital Oswaldo Cruz.

Fábio, Conselheiro Titular representante do Poder Público: Solicita a remoção de "Não Identificado" na ata do último Pleno, pois não existem pessoas invisíveis na reunião. Solicita a inclusão de pauta sobre a Farmácia Popular, a pedido da conselheira, pois existem prazos junto ao Ministério.

Deodato, Conselheiro Titular das Entidades Sindicais Categoria Saúde: É contrário a inclusão, pois o assunto deve ser debatido melhor no conselho.

Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: O tema é complexo e demanda de uma ampla discussão. Sugere que seja encaminhado à comissão de políticas de saúde para debate.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Crê existirem duas propostas. Uma de inclusão na pauta de hoje e outra para encaminhar à comissão de Políticas para discussão, e retornar na próxima reunião.

Regina, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Lembra que foram solicitadas as atas de reuniões sobre o fechamento das unidades da Farmácia Popular.

Fábio, Conselheiro Titular representante do Poder Público: Solicita que o coordenador conduza os trabalhos com o conjunto do conselho, sem conversas paralelas com o pessoal da frente, pois a parte do fundo não está entendendo o que está acontecendo. Foram encaminhadas as atas e listas de presença ontem pela Márcia Mulin aos conselheiros, assim como a solicitação de inclusão da pauta, solicitada pela Andreza. Se o conselho entender que não dá pra passar neste pleno, podemos propor que vá para um próximo pleno. Mas precisa ser comunicado a todos para que possam ouvir e entender.

Nadir, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Solicita a atenção de todos. É extremamente complicado o pleno ficar desta forma. Em todo começo de pleno existe esta inclusão e remoção de itens. Ou se planejam em tempo hábil, ou não se faz mais isso. Não se pode perder tempo, a saúde está um caos. É necessário repeito, organização e planejamento. Realiza votação nominal para escolha entre as propostas. Por 21 votos a 5, fica definido que o tema será encaminhado à comissão de políticas de saúde e retornará no próximo Pleno. Passa o item "Moção de repúdio da conselheira Ana Rosa, contra o ministro da saúde". Consulta o Pleno, incluída por consenso. Passa ao item aprovação das atas 207 e 208.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Quem tiver inclusão para as atas referidas, informa a secretaria executiva para alteração e o item passa para o próximo pleno.

Nadir, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Passa para o item informes da mesa.

Márcia, Secretária Geral do CMSSP: Informa que a Programação Anual de Saúde de 2017 está sendo desencadeada agora, para conclusão ao final do ano. O documento irá passar em todas as áreas técnicas, depois nas regiões para enfim ser concluído. Existe uma parte específica referente ao Conselho, relacionada à Infraestrutura, será encaminhada à comissão executiva para construção da proposta. Sobre o seminário de planejamento, o Dr. Jorge Kyano, sugeriu que seja publicado um resumo no site do conselho sobre as definições realizadas no evento. Foi encaminhada por email. A LOA de 2017 já está começando também, e foi enviado um material sobre a elaboração desta. Lembramos que é um processo da PMSP. O SIMESP informa que os médicos do hospital universitário entrará em greve no dia 30/05.

Graça, Conselheira Titular representante dos Conselhos Regionais Função FIM: Informa que não entendeu o informe do seminário e como participou de 50% do evento gostaria de saber sobre a divulgação.

Márcia, Secretária Geral do CMSSP: A comissão organizadora do seminário solicita que seja feita uma reunião para definir, a partir das contribuições do Dr. Jorge Kayano e da Maria do

Carmo, qual o material será publicado no site do CMS. A comissão deverá se organizar quanto à reunião e depois o conteúdo virá para o Pleno aprovar.

Nadir, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Passa ao item informes dos conselheiros.

Paulo Belinelo, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: No próximo dia 16, às 14h, será a posse dos conselheiros gestores das UBS e da STS de São Miguel Paulista. Acontecerá no CEU São Carlos. Na mesma data, às 18h30 no ginásio da Obra Social Dom Bosco em Itaquera, acontecerá à plenária com o Dr. Alexandre Padilha, com a pauta Análise de Conjuntura. Espera que este esteja presente, diferentemente das reuniões do CMS. Sobre o fechamento das farmácias, existem muitos problemas sobre o tema e os conselheiros estão um tanto dispersos com isso. No dia 05 foram encerradas as atividades da farmácia da FURP no Hospital Itaim. Não é só o município que está encerrado atividades de farmácia, o Estado também. Foi fechada também a Casa de Maria que dava apoio às parturientes da região, e os conselheiros aparentemente ficaram de braços atados com o fechamento.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Sobre o ato em Defesa da Saúde Pública do dia anterior na Câmara, ressalta que o conselho esteve representado por todos os segmentos. Houve a presença de vários vereadores e membros da comissão, inclusive o secretário de saúde e a secretária de educação, além da vice-prefeita Nádia Campeão. De lá trouxeram a moção de repúdio feita pelo Estado, em relação ao ministro da saúde contra o SUS. Defender o SUS é defender a democracia e vice-versa.

Eulália, Conselheira Titular representante da Pessoa com Deficiência: Em relação à conselheira Gersonita, informa que o carro que ia buscá-la quebrou e não foi possível trazê-la ao pleno. Em relação a si, explica que o motorista não quer trazê-la sem um acompanhante, sendo que aqui no CMS existem os guias-intérpretes. É necessário dar atenção ao transporte.

Nadir, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Sente-se constrangido por esta questão, pois é uma inoperância, uma surdez coletiva que assola sobre este assunto.

Lourdes, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Informa que amanhã haverá audiência pública, chamada pelo sindicatos, na Câmara Municipal com o objetivo de discutir o aumento de 0,01% que o governo deu aos trabalhadores. Os profissionais da saúde tiveram aumento por conta do subsídio. Porém os trabalhadores administrativos que trabalham na área da saúde havia uma promessa que teria revisão da carreira que não aconteceu. Não é o trabalhador que tem que pagar pela crise. Este aumento dado coloca o trabalhador com um salário inferior ao mínimo.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: No dia 24, haverá uma atividade em todo o Brasil. O CMS deve organizar uma atividade com os conselhos de base. A população precisa ter ciência do que está acontecendo. Convida a todos

para o dia 25/06, para a Plenária Estadual, às 10h, no Sindicato dos Bancários, para discussão do desmonte do SUS.

Regina, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Convidam a todos em nome do Fórum de ONGS AIDS, para o Seminário AIDS e Drogas, Políticas de Saúde Mental interface com a AIDS. Será no dia 04 e 05 de Julho. Já foi mandado para o CMS uma preliminar. Quando for definido encaminharão à secretaria executiva, para distribuição entre os conselheiros.

Regina Costa Silva, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde: Informa sobre a inauguração do Hora Certa no sábado, às 9h30, na Vila Guilherme. Também haverá a inauguração do Casarão Cultural da Vila Guilherme, com a presença do prefeito Haddad nos dois eventos. No dia 16, às 11, haverá no Hospital Municipal Jose Storoppoli, a inauguração da área reformada da unidade.

Jason, Conselheiro Titular representante dos Conselhos Regionais Função FIM: Saiu o posicionamento contra do CNS sobre os cursos 100% EAD. O conselho de Educação Física foi obrigado recentemente a realizar o registro de profissionais formados 100% à distância. Profissionais de saúde totalmente formados via EAD. O FICAFS fará um encontro para discutir este tema de formação precária. Outra questão é ficarmos atentos a PEC que desvincula as áreas das receitas da união.

Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Informa e pede que todos compareçam no dia 21, em evento da Federação Paulista das Associações Comunitárias, a FEPAC, em defesa da democracia, na Câmara Municipal de São Paulo. Querem desmantelar o SUS, e é necessário marcar presença neste evento. Não podem aceitar isso. Se com um governo democrático já era complicado, com um governo que não se preocupa com a parte pobre e elitista, será pior. Ressalta a presença do Jefferson, da ANATEN, que veio prestigiar o CMS e trazer algumas demandas.

Costa: Informa que esta semana, juntamente com a Cícera, foram representar o CMS na posse do conselho da STS M Boi Mirim. Amanhã estará indo para o Maranhão, para o cinco Congresso da UNEGRO.

Francesca, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Participou da 4ª Conferência de Políticas Públicas para Mulheres na mesma data do Pleno anterior, e por conta disto solicita que justifiquem sua ausência na reunião.

Fábio, Conselheiro Titular representante do Poder Público: No dia 03/06, aconteceu a inauguração do AMA Especialidades Capão Redondo. Outro informe é para que os conselheiros acompanhem as redes sociais da SMS. Lá existem informações sobre a agenda do secretário.

Nadir, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Passa ao item Informes de Comissão.

Deodato, Conselheiro Titular das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Comissão de Orçamento e Finanças: Informa sobre a transferência da reunião da comissão para o dia 15/06.

Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Comissão de Políticas Públicas: Diz que houve a reunião, e faz um relato sobre as dificuldades que estão enfrentando sobre as demandas apresentadas. São diversas situações, como cancelamento de consultas por falta de material. Passa a palavra para a conselheira Suely.

Suely, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Sobre o fechamento das farmácias populares, a comissão resolveu por chamar uma reunião estendida entre a comissão de políticas, RH e Orçamento e Finanças para debater o assunto e encaminhar ao Pleno o mais rápido possível.

Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Pede a todos que fiquem atentos, pois é necessário realizar cobranças. Na UBS Cidade Tiradentes, existem medicamentos em falta. Na STS de São Mateus existe falta de materiais. Precisamos encaminhar essas situações e resolver. No dia 10/03/2016 faltou material para realização de papanicolau na UBS Cidade Tiradentes.

Tiago, Conselheiro Suplente representante do Poder Público: Esclarece sobre a lista que o conselheiro Freitas está lendo, informando que estas demandas e este relato são demandas encaminhadas para a ouvidoria também, e isso serve para acompanhamento. Estas questões ainda vão ser apuradas, e o CMS tem um número de protocolo para acompanhar o andamento destas demandas. Crê que não seja este o momento para o assunto.

Lourdes, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Recursos Humanos: Houve a reunião no dia 24/05, onde foi definida uma agenda, que será transmitida pela secretaria executiva a todos, e estabeleceram prioridades. O primeiro é sobre a IABAS, uma OS, do Rio de Janeiro, que atuou já aqui em SP com o Brasil Sorridente, e ficou devendo 700.000 reais. No Rio de Janeiro ela praticamente acabou com a Saúde do RJ. Isto tem um reflexo direto para os trabalhadores. Ela é uma OS que não trouxe nenhum benefício para o RJ. Aqui em SP ela irá atuar no centro e na região Norte. O que esta OS justificou para a SMS para que a secretaria apesar de todos estes fatos, tenha aceitado seus trabalhos.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Não pode acontecer aqui o que aconteceu no RJ. Os conselheiros querem a resposta do Ministério Público sobre a IABAS.

Lourdes, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: O segundo ponto é a questão do contrato de emergência. Os concursos públicos já finalizaram. Não foram abertos concursos públicos para a autarquia. Existem casos onde o contrato de emergência é renovado há oito anos. Estes profissionais não tiveram equiparação de salário por conta de o contrato ser antigo. Os profissionais recebem muito menos que o salário mínimo. Eles trabalham em Exercício de Fato, ou seja, trabalham sem direitos. Existem trabalhadores que não tem direito

de férias há oito anos. Isso além de uma injustiça é colocar os pacientes em risco. Por isso a comissão propõe que o CMS olhe de frente para o RH, que não existem funcionários suficientes, e que é preciso ver o que devem fazer com esta situação. Propõem também que seja feito um novo contrato de emergência, utilizando os mesmos profissionais do contrato atual, uma vez que estes tem experiência na atuação. O objetivo é um congresso de comissões para analisar este processo, e definir uma solução.

Hugo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Interconselhos: A reunião foi alterada para as 3ª quarta de cada mês, às 14h. Na última foram analisadas os documentos e despachos, com destaque a eleição do conselho gestor da Supervisão da Vila Mariana. Será feito um levantamento sobre todos os documentos, além de ter dois membros acompanhando de perto a eleição. Existe um problema na Supervisão Técnica de Capela do Socorro, referente a troca de gestores das unidades a região. Foi programada uma ida à reunião do conselho gestor da STS para verificar a melhor saída.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicita a inclusão de uma das duas representantes do SINDSEP nos dois casos.

Hugo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Uma solicitação da comissão interconselhos e também da de comunicação é referente aos conselheiros das unidades e das supervisões. Para fortalecer a comunicação entre os conselhos. Reitera o pedido desta lista.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: A comissão se reuniu e deu um encaminhamento. Quanto a convidar entidade sindical para estar junto, tudo bem. Porém já existe uma trabalhadora representando o segmento, a entidade sindical deve ir como convidada da comissão.

Cortez, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Comunicação: A comissão traz os seguintes pontos ao Pleno. Qual o papel da comissão? A comissão pode ou não divulgar informações antes de passá-las pela reunião plenária? Como ficarão os grupos de WhatsApp? Assuntos aprovados pelo Pleno são divulgados. Mas encaminhamentos das comissões seriam divulgados aos conselheiros para que estes chegassem ao Pleno cientes das informações. Sobre o WhatsApp não pode entrar material político.

Nadir, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Solicita que sejam enviadas à Executiva estas questões.

Dionísio, Conselheiro Titular representante das Centrais Sindicais: CIST: Foi realizada discussão sobre a composição da comissão e os convidados. A SRTE, DIESAT, INSS, Centrais com mais representação, universidades, sindicatos patronais e FUNDACENTRO, representação dos conselhos gestores de cada CRST, área temáticas de SMS, COVISA. Será feita a análise do RAG 2015 na próxima reunião. Amanhã será um dia de luta na defesa dos direitos. A reunião ficou para o dia 13, às 14h.

Regina, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: DST/AIDS: A comissão está se reestruturando. Para a próxima reunião estão sendo convidadas as seis coordenadorias para discussão da PEC. Convidam também o secretário. Solicitam ao Pleno, se pode ser publicado após a aprovação da ATA, tudo que há na comissão no site do CMS.

Francisca, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Saúde da Mulher: Não foi feita nenhuma deliberação, pois fizeram a definição de coordenador e adjunto, além da definição do calendário para cada 4ª quarta-feira do mês. Além da data da reunião, será feito uma comissão para avaliar documentos parados.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: População Negra: Devido ao curso de planejamento do CMS não ocorreu. Informa que a reunião ocorrerá no dia 26.

Conceição, Conselheira Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Saúde Mental: Houve duas reuniões, onde foram definidos o coordenador, e estão pedindo o documento que foi confeccionado no evento de Saúde Mental do ano passado.

Eulália, Conselheira Titular representante da Pessoa com Deficiência: Informa que estão presentes seis usuários de cadeira de rodas, e gostaria de passar a palavra a eles.

Maria de Fátima, ex-conselheira: Hoje o segmento de pessoas com deficiência vem trazer o problema da falta de alimentos, que é básico, e vem pedir providencias desta secretaria. Crianças usuárias de sondas, que estão sem alimentos.

Dr. Alexandre Rocha Santos Padilha, Secretário Municipal da Saúde de São Paulo: Informa que este tipo de insumo é de responsabilidade do Estado. O que pode ser feito, é solicitar ao CMS que aprove uma moção, cobrando do Estado esta questão. É errado não cobrar do Estado, e entrar na justiça pra fazer a prefeitura pagar. Isso deve ser cobrado do Estado.

Maria de Fátima, ex-conselheira: Informa que estão cobrando. E existe uma temática no município para isso.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Será feita uma moção de repúdio ao Estado por conta da falta de alimentação parenteral. Existe um problema interno, de que outra vez é necessário providenciar o deslocamento das pessoas com deficiência para as atividades do CMS. Os membros não conseguem chegar aqui para trazer suas demandas por falta de transporte.

Dionísio, Conselheiro Titular representante das Centrais Sindicais: Após a prestação de contas, foi possível observar que o investimento que o Estado efetua na cidade é ínfimo, não correspondendo as necessidades da população. Sugere que o CMS vá até o Estado questionar o não investimento na saúde pública, e cobrar melhorias.

Luciana, Conselheira Suplente representante do Prestador Lucrativo: A prefeitura deve assumir como responsabilidade, pois a prefeitura deve responder pelo Estado. Existem problemas na órtese, prótese e insumos. É necessária união das forças para mostrar essas demandas.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Devemos ter o dever de colaborar com eles. O município tem o dever com a Atenção Básica e o Estado, da Atenção Especializada. Compareçam à reunião do Conselho Estadual e cobrem do Estado isso. O CMS pode auxiliar, mas é importante esta cobrança.

Adão, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: O SUS é para todos. Obviamente é necessário avaliar as competências. Propõe que os conselheiros abracem esta causa, discutam e façam o possível para fazer valer o direito. Devem fazer os encaminhamentos necessários, entrar em contato com o Conselho Estadual, enviar documentos. O Estado está transferindo tudo para o município. Parece que o Estado não tem obrigações.

Jason, Conselheiro Titular representante dos Conselhos Regionais Função FIM: O secretário tem razão de que a responsabilidade é do Estado, porém deve existir um debate sobre o processo de judicialização da saúde. A justiça não possui conhecimento sobre a tripartite e a responsabilidade de cada esfera pela saúde, e acaba por obrigar a prefeitura a pagar. Talvez seja necessário um congresso de comissões ou um GT específico.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: A secretaria tem um chefe de gabinete que serve para resolver os problemas administrativos. A divisão administrativa tem uma verba para resolver as demandas. Quando o congresso acontecer, que a chefe de gabinete venha para explicar porque tanta inviabilidade para as necessidades do conselho. Existe lei que prevê isso. Precisa melhorar o relacionamento entre o governo e o conselho. À empresa que está prestando serviço pode ser feito um adendo e contratar um carro para resolver o problema do transporte.

Deodato, Conselheiro Titular das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Está confuso, pois estão discutindo um assunto fora da pauta.

Cícera, Conselheira Titular representante do Poder Público: Foi feito um seminário e um dos encaminhamentos dele foi deixar a cargo da executiva resolver o problema da infraestrutura. Esta questão do carro já foi discutida diversas vezes, inclusive com a presença de representante da secretaria de portadores de deficiência. Em relação a interlocução que deve ser feita com o Estado, deve ser deliberada uma reunião do CMS, com o Conselho Estadual de Saúde, senão só haverão debates sem resoluções.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Este pleno em momentos anteriores marcou um congresso de comissões para discussão de regulação. Isto também é um problema, assim como diversos outros. Está mais do que na hora de marcar este

congresso, chamar o conselho nacional e o conselho estadual e o governo estadual. Propõe que paute no próximo pleno, um congresso para discussão das relações estado e prefeitura referente a saúde.

Nadir, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Passa para o item "Ordem do dia". 1º item, o SUS na conjuntura atual.

Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Passa a palavra para o Edicleber, Presidente da ANATEN.

Edicleber: Informa que representa uma associação de enfermagem, e que foram procurados pelos trabalhadores de contrato de emergência, pois estes estão trabalhando de forma irregular. Os trabalhadores procuraram o sindicato e foram informados que no momento não são afiliados a eles, pois não estão contemplados na sua situação. Foi montada uma representação para estes trabalhadores, que teve reuniões com representantes da Autarquia, secretária adjunta, e foram entregues documentos na câmara de vereadores tratando sobre o assunto. É inviável prorrogar esse contrato por mais um ano, pois configura-se irregularidade jurídica. Estes trabalhadores precisam de dignidade, de uma ação para resolver. São pessoas que estão atuando há 8, 9 anos em contrato de emergência, sem direito a férias. Ano passado foi feita uma audiência pública, onde entregaram um documento ao representante de SMS, referente a essa questão do contrato. A associação não quer a prorrogação do contrato, quer uma solução definitiva. Estão aguardando audiência específica com o secretário. Os trabalhadores de base levam o SUS nas costas.

Nadir, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: A reivindicação é justa, porém não é neste momento que o CMS pode ajudar. Existe uma pauta na reunião. No congresso de comissões pode-se tratar deste assunto. Se não houver organização, a reunião será suspensa. Todos os envolvidos serão incluídos nesta discussão no momento adequado.

Dr. Alexandre Rocha Santos Padilha, Secretário Municipal da Saúde de São Paulo: A questão mais importante deste mês é a ameaça que existe contra o SUS. Acha importante quando o conselho aproveita o pleno para tratar de uma questão que junta todos. Parabéns aos que estão lutando, com o ABRASUS, e com outras manifestações de apoio ao SUS. Acostumaram-se durante 26 anos, depois da criação da lei orgânica e do SUS, a lutar muito pelas conquistas. Estamos em um momento em que o SUS está frontalmente ameaçado. A constituição em 88, a Lei Orgânica em 90 deram um passo muito importante para definir um sistema único de saúde, mas não completou como seria o financiamento, como aconteceria em um país com três níveis de governo, o acesso aos medicamentos, a responsabilidade de cada um, e demais assuntos. Três questões muito importantes para consolidar o SUS não estavam resolvidas. O financiamento é inspirado no sistema europeu, mas a realidade brasileira não é parecida. A situação é bem diferente. Pessoas que ganham um salário mínimo pagam seus impostos assim como pessoas que ganham grandes heranças e que nunca trabalharam. O Brasil tem uma renda per capita muito inferior do que outros países. Outro tema é a responsabilidade entre os estados e municípios, o que dificulta muito, e acaba por penalizar a população. O terceiro tema é a formação dos profissionais. A lei do SUS também estabelecia regular isso, mas a 1ª vez que isso

aconteceu foi no “Mais Médicos”. O golpe, a violação da democracia que está em curso no país, levou ao governo uma bancada parlamentar que não havia eleito um presidente da república, fez uma eleição indireta e colocou no governo alguém que sinalizou compromisso explícito em reduzir o SUS, não enfrentar o tema financiamento, dizer que plano de saúde sem regulação, de controle, isso é dizer que saúde é mercadoria. Parte da sociedade apoio isso. Seja por achar que a presidente participou de processos ilícitos, ou por não concordar com o apoio a parte pobre do país. A sociedade achou normal, não se indignou com essa violência a democracia. Quando isso acontece, começam a permitir outras violências. Respeita a opinião das pessoas que foram pras ruas, que achavam que acabar com a corrupção era tirar a Dilma, mas não acredita que todas irão aceitar o fim do SUS. Muitos acham que não usam. Uma pessoa que vai fazer uma cirurgia plástica em um clínica privada, se precisar de uma gota de sangue, esse sangue virá do SUS. Sabemos que existe gente que defende o modelo privado. Acham demais dar medicamento, levar médico para os mais pobres. Crê que ao mostrar isso explicitamente, poderão angariar uma grande parte destas pessoas e formar uma corrente a favor do SUS. Ontem houve a votação na câmara, a desvinculação dos 30%, ou seja, do que o Estado é obrigado a colocar nas áreas, pode tirar 30%. Aqui em SP, quando o prefeito Haddad assumiu, a cidade colocava 18%, e agora está na casa dos 20%, superando os 15% obrigatórios. Em relação aos municípios, o percentual da educação corre mais risco do que o da saúde. O Estado de São Paulo investe só 12% e não passa disso. Essa lei autoriza o governo do Estado a deixar de investir esses 12%. E com certeza eles irão utilizar essa lei. Em 99 foi aprovada a emenda constitucional 29, porém se regulamentação. Por conta disso ela foi aprovada com um período de transição de cinco anos, estabelecendo que o Município devesse contribuir com 15%, o Estado com 12% e a cada ano a União deveria ver o PIB mais a inflação, e estabelecer o investimento do ano seguinte. Até 2003 a União nunca cumpriu a emenda constitucional 29. Só começou quando o Lula assumiu. Antes de existir o Bolsa Família, cada ministério tinha sua bolsa. O Bolsa Família unificou o cadastro, e saiu de um milhão de pessoas, para 16 milhões de famílias. Em 2009 e 2011 a União colocou mais do que o necessário. Aqui na cidade de São Paulo, haverá um impacto grande, pois quem sustenta a Saúde é o Governo Federal e a Prefeitura. Isso significa que a cidade pode perder 30% do repasse do Governo Federal. Em conjunto a isso, querem aprovar uma emenda constitucional que altera a forma de financiamento. Hoje uma parte da receita vai para a saúde e outra para a educação. Ao invés de ser um percentual da receita, seria uma atualização da despesa. Ou seja, se o Governo Federal arrecadar mais isso não reflete no investimento da saúde. Outra questão é o fundo soberano do Pré-Sal. É uma riqueza muito grande que se for gasta sem controle, não se cria uma poupança para o país, e o valor do produto passa a ser baixo pela fartura na oferta. O controle é restringir o quanto pode ser retirado ao ano deste petróleo, e restringir uma retirada do valor pago pelo produto uma vez ao ano. Existe uma lei que estabelece que metade do valor retirado deste fundo deva ir ou pra saúde ou pra educação, visando transferir uma riqueza mineral em uma riqueza humana. A Noruega fez isso. A primeira grande ameaça ao SUS deste governo golpista é mexer nessas garantias de sustentação do SUS. A bancada que se juntou para o golpe parlamentar defende outros projetos que são ataques frontais ao SUS. O líder da bancada tem um projeto que proíbe o Nome Social em todos os serviços públicos. Quer proibir atendimento e acolhimento integral a mulheres vítimas de violência. Direitos reprodutivos das mulheres. Tentaram acabar com a reforma psiquiátrica que fizemos. A informação que a imprensa divulgou sobre o fechamento de 23 mil leitos no SUS não

especificava quais eram os leitos. Destes 23 mil, 13 mil são leitos que eram dos manicômios e 11 mil eram de cirurgia geral pediátrica, e cirurgia obstétrica, que eram provenientes de pequenas maternidades, normalmente do interior do país, onde as maternidades contratavam obstetra para dois dias da semana e forçavam os partos a acontecerem nestas datas através de cesárea. O presidente do CNS falou ontem e o CMS deve fazer o mesmo. Dia 10 de junho devemos estar presentes no ato de defesa, e dia 24 de junho realizar o Dia Nacional em Defesa do SUS. Devemos organizar outro grande abraço. Podemos convencer as pessoas a dar um abraço às unidades de sua região. As unidades estão em risco. Podemos verificar a possibilidade de organizar uma marcha para Brasília. Ressalta que faz parte de um grupo chamado Saúde e Democracia, o qual várias instituições fazem parte, e estarão lá no dia 10. Foram concluídos os processos de chamamento dos territórios. Está a disposição para informações que o CMS quiser. As informações são de que o atendimento foi ampliado nas regiões. A secretaria não chamou ou indicou nenhuma OS para assumir lugar nenhum. Houve disputa e ganhou a com proposta de menor valor. E só disputou quem estava com a documentação em dia. Houve uma guerra de dois meses e meio em relação a recursos. A SMS não tem compromisso ou relação com nenhuma OS. O que tiver que ser apurado será. Será feito para os cinco hospitais que já tem gerenciamento por OS, chamamento público também, com critérios que reforçam o atendimento, a qualidade, equipes horizontais e verticais. Sugere um novo congresso de comissões, ou uma reunião que pudesse ter uma apresentação das informações. Qualquer denúncia que houver, a SMS vai sempre apurar. Vai ser enviado um projeto de lei pra câmara, que ficará em consulta pública por um período. Sobre os Recursos Humanos, esta gestão chamou sete mil pessoas através de concurso público. O último concurso não previa dois anos mais dois para chamar os habilitados. O sindicato entrou com pedido na justiça, e a procuradoria da SMS está tentando convencer a justiça a autorizar a prorrogação dele. Temos interesse em prorrogar este concurso. Foi homologado também o concurso para obstetrix, pela primeira vez. Chamariam 20, mas estão tentando aumentar essa quantidade. Sobre o contrato de emergência, não é simples. O contrato feito há oito anos tinha regras que não previam FGTS ou férias, e isso vem sendo prorrogado. Esta gestão tomou a decisão de não sair contratando emergencialmente. Quando foi aprovada a reestruturação de carreira. A autarquia não pode mais realizar concurso interno entre os concursados, só podem fazer concurso público efetivo dentro do plano de carreira. Este contrato não existe mais. Existem questionamentos jurídicos sobre isso. Não se pode solicitar aumento de salário, pois estão em período de eleição. O que pode se fazer é pegar esses 100 funcionários e colocar-me um contrato com OS. Haverá um congresso de comissões só sobre este tema para debate. Sobre a AIDS, a cidade assinou a declaração ode Paris, assumindo o compromisso que é de até 2030, transformar a cidade em uma cidade limpa da transmissão da AIDS. Este compromisso é chamado de 90, 90, 90. Isso quer dizer, é chegar a 90% do diagnóstico, destes 90% começar o tratamento e destes 90% estarem com carga viral não aparecendo nos exames, ou seja eliminando a transmissão do vírus. Hoje em São Paulo, dos 90% de diagnóstico, já estão em 83%. De quem está tomando remédio, 88% já está com a carga viral indetectável. Metade dos diagnosticados, estão em tratamento. Uma parte deste fizeram o diagnostico a muitos anos atrás, e a orientação na época era de tratar só quando os exames dissessem para isso. Outra parte destas pessoas está em uma situação de vulnerabilidade muito grande que dificulta o tratamento. Sobre pessoa com deficiência, em relação à entrega de cadeiras de rodas, estão tentando um esforço para superar as 1400 entregues no ano passado. Foram entregues dois CER, chegando

a 20 CER na cidade. O objetivo é chegar a 22. Sobre suprimentos e medicamentos, é difícil em uma rede como esta sanar todos os problemas. Mas não é o cenário de que está faltando tudo em todos os lugares. A SMS faz a compra, mas o fabricante atrasa a entrega. Gostaria que cada conselheiro visse sobre a Farmácia Popular, pois existem 13 unidades, e em nove o conselho local defende o fechamento. São unidades com 30, 35 pessoas por dia. Não está vindo mais valores da união para o município para estas farmácias.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Na executiva foi feita uma pauta e estão na discussão. Está muito incomodado pela ingerência do segmento dos trabalhadores no movimento social. Isso não pode ter, não quero mais ingerência da senhora Ana Rosa quando nós conselheiros do Movimento Social Comunitário nos inscrevermos e ela se manifestar. Se manifeste o coordenador porque não tem cabimento a gente pedir inscrição e dizer não. Não cabe dizer não a conselheiro. Ela é adjunta, mas ela não manda na nossa cadeira.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Esclarece que disse apenas que iria pegar as inscrições quando a mesa declarasse que estavam abertas. Ele insistiu tanto que eu botei o nome dele. Ele é o primeiro da lista. Ingerência está o senhor na coordenação da mesa. Estamos aqui para organizar o Pleno.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Estão todos muito preocupados com a situação atual da saúde. Houve conversas anteriores sobre cortes, porque acham impossível ter corte de recursos sem corte de serviços. Foi informado que as regiões tinham atas que aprovavam o fechamento das farmácias. O supervisor informou que iria fechar e depois mandar a ata com aprovação do conselho local. Medicamentos estão em falta, sim. Muitas vezes olha no celular, consta que tem, mas na farmácia não tem. O conselho deve chamar um ato para todos os conselhos gestores no dia 24.

Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: O aplicativo criado é maravilhoso. O problema deve ser a sistematização. Muitas pessoas informam ver no aplicativo e quando chegam na unidade, não tem. A pauta é conjuntura, mas descambou. É necessário um trabalho para suprir as necessidades. Sobre os companheiros do contrato de emergência, aqui não é o momento. Devemos construir isso. É o emprego de pais e mães de família que devem ser preservados.

Suely, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Gostaria de retomar sobre a IABAS. O trabalhador quando deixa de pagar suas contas e é protestado, pagando volta a ter sua ficha limpa. Uma empresa também tem a mesma prerrogativa. É preciso aperfeiçoar as regras para o chamamento. Empresas que não atingem suas metas não devem ser credenciadas. Uma empresa que desvia o leite, a merenda escolar de uma creche, não pode pagar uma multa e ficar novamente credenciada. A empresa deixou de prestar um papel ao qual se comprometeu.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Lista os principais ataques ao financiamento do SUS. 1 - PEC 4/2015, aprovada ontem em 2º turno na Câmara dos Deputados, trata do aumento de 20 para 30% da desvinculação das receitas da União. 2 - PEC 143/2015, aprovada em 1º turno no senado, trata do aumento do DRU de 20 para 25% e da desvinculação da receita do estado e dos municípios. A desvinculação seria da ordem de 33 bilhões ano. 3 - O governo está trabalhando a aprovação destas duas PEC. O que não foi aprovado na PEC 4, poderá ser aplicada na PEC 143, objetivando a obrigatoriedade dos empregadores em pagarem plano de saúde para seus empregados, isso é um retrocesso para a constituição de 1988.5 - O novo ministro da saúde afirmou que não haverá recurso adicional para a saúde além do mínimo. A disponibilidade orçamentária está estimada em 100 bilhões correspondente a 13,2% da receita corrente líquida, inferior ao valor de 2015. Esta perda é consequência do primeiro ano de vigência da emenda constitucional 82 de 2015. 6 - Anuncio do novo ministro da fazenda para mudar a regra de cálculo constitucional da aplicação mínima em ações de saúde, estabelecer um teto referente ao valor empenhado no ano anterior, corrigido pela inflação. Sobre os assuntos citados pelo secretário, foram encaminhados para as comissões de RH, Políticas e Orçamento.

Lourdes, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Nós da saúde, defensores do SUS, nos preocupamos com a diminuição do tamanho do Estado. Isso significa diminuir os recursos para as políticas públicas, principalmente o SUS, que tem interesse internacional em ser substituído por empresas. Os movimentos sociais e sindicais são contra terceirizações, principalmente na cidade de São Paulo. Ela começou no governo tucano, muito bem amarrada, de forma a dificultar a devolução para o público. Quando o Dr. Filippi iniciou, foram feitas sugestões de voltar para o serviço público, uma vez que para as instituições a saúde é mercadoria. A resposta era "Vocês exageram". Quando terminou, ele dizia que era muito pior do que nós falávamos. A verba tem que ser disputada com a iniciativa privada, e temos que ganhar. A preocupação com os contratos de emergência é válida. Como sindicato, sempre se preocupam em não criar expectativas que não são verdadeiras. Porém isso é inconstitucional. Isso precisa ser discutido com verdade e maturidade no congresso de comissões.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Gostaria de registrar a presença da Justelita, militante histórica do Movimento de Saúde da Região Leste.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: A cada 23 minutos neste país, um negro é assassinado. Quando não, quando passa dos 60 anos, não encontra geriatras. Isso é genocídio. Uma forma de o Estado controlar a miséria. O SUS já foi discutido como o maior distribuidor de renda neste país. Acesso à saúde sem carteira registrada. Este modelo atual é precarização de serviço. Essa responsabilidade é nossa amanhã. Não é só uma bancada de brancos conservadores, golpistas, filhotes da ditadura militar que desgraçou a vida do país, e está com proposta de lançar um plano de saúde. Propõe realizar um dia inteiro de discussão sobre assistência, e não inversão de pauta, pois as pessoas estão se perdendo na discussão. Que o secretário como presidente do conselho convoque uma reunião para isso. Quando o Eduardo Jorge municipalizou as unidades, só pegou sucatas do Estado. Quando se quer, politicamente se resolve, quando não se quer, fica-se desconversando para não resolver. A

defesa do SUS passa por toda a discussão da conjuntura. O SAMU está sendo desmontado, a regulação tem vários problemas, que se cortarem os 30% do orçamento será um grande peso.

Dr. Alexandre Rocha Santos Padilha, Secretário Municipal da Saúde de São Paulo: Reforça a mobilização em torno disso. E reitera que está a disposição para discussão dos pontos. Ressalta que tem muito orgulho em defender essa gestão. Não estão trazendo números mentirosos, o aumento de 1 milhão de consultas são reais.

Francesca, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Quando se fala de território, atenção básica, efetivamente não existe o serviço de assistência à saúde conforme está prescrito. Participa do controle social desde 1992, e convive com ações e fatos do dia a dia. Em relação a OS, a precarização é total do trabalhador. Trabalho escravo. Fazer com que o usuário da saúde se sinta como se fosse um estorvo.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Existem mecanismos para essa análise. Um deles é o RAG que está sendo encaminhado para todos os conselhos das regiões, para que vocês se manifestem.

Dr. Alexandre Rocha Santos Padilha, Secretário Municipal da Saúde de São Paulo: Tem orgulho de defender o que esta gestão está fazendo desde 2013. Não diz que tudo está resolvido. Queremos avaliar o que evoluiu. Quando Parelheiros teve a taxa de mortalidade infantil que tem hoje? Devemos apresentar solução para os problemas, não apenas nos ater as reclamações. Os que são contra o SUS querem este tipo de discurso, o de que o SUS não fez nada. Devemos comparar o que era o contrato com a OS ano passado, e o que é nesse. As diferenças e melhorias. Devemos parar de falar sem mostrar. Estão dizendo que na UBS Vargem Grande tem médico contratados 40 horas, que só fica 16 horas lá. Será o primeiro a fazer a apuração. Lá existia uma máfia de médicos e outros profissionais, para falsificação de atestados médicos. A ESF foi parceira da SMS, e desmontaram a máfia lá. Amanhã isso será apurado, e se não houver isso, ou se não tiver sido punido, você terá que vir aqui dizer o seguinte: "Me enganei". A SMS não tem compromisso com nenhuma OS. Se uma empresa tem alguma dívida com a prefeitura, e faz um acordo e começa a pagar, ela está apta a realizar novos negócios. Se a secretaria impede a participação da empresa, esta pode entrar com processo contra a prefeitura, pois ela está regular. Alguém que desvia o dinheiro da merenda, e paga pelo que fez, não pode participar, pois ela cometeu um crime. Se alguém provar que alguma OS cometeu um crime, ela não pode mais participar. Mas deve haver denúncia e comprovação de crime. A IABAS, na gestão passada, tinha problemas porque o secretário adjunto da gestão Kassab tinha participação na OS. Esta gestão pediu prestação de contas, e a devolução do dinheiro. A SMS não pode fazer coisas contra a lei. Alguns convênios estavam sem prestação de contas, e terão que justificar os serviços realizados.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Passa a palavra para a Justelita.

Justelita, ex-conselheira: Lembra que a conselheira Adenilda representa todos os conselhos de saúde da Zona Leste. Cita que o Dr. Alexandre Padilha está devendo uma visita à unidade

Nhocuné e ressalta que muitas coisas foram feitas na região. As pessoas que estão trabalhando no posto em que passa, são ótimos. São da SECONCI. Para um bairro funcionar bem, tem que ter conselheiro com responsabilidade. Se cada conselheiro daqui for ao seu bairro organizar, a coisa vai funcionar. Somos nós é que estamos atrasados com o Estado, devemos cobrar, mostrar a cara lá.

Maria José, Conselheira Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Concorde plenamente com o que o secretário disse. Hoje existem mais instrumentos para controle. Indicadores como o da mortalidade infantil. Na região Sul, por exemplo, temos o Dr. Paulo Capucci que é um profissional extremamente comprometido.

Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: O SUS é Universal. Ressalta que nas viagens que fez, pode adquirir experiência para realizar comparações com o Brasil. Uma consulta no Japão, mesmo estando na previdência social, todas as consultas que você faz devem ser pagas. Uma hérnia custa em torno a 800 mil Yens ou uns 30 mil reais. Devem fazer uma vigília em todos os segmentos sociais que defendem uma saúde pública gratuita de qualidade. Bandidos assumiram uma quadrilha. Aqui não podem ser usados dois pesos e duas medidas. Regras devem ser para todos. Este calendário de luta em defesa do SUS é muito importante. Se estava ruim, a tendência é piorar.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Preocupa-se porque o art. 198 da constituição e lá orienta que a cada 5 anos deve ser feita avaliação do SUS. Quando existe uma proposta de cortar 30% do orçamento, com uma câmara de deputados totalmente constituída de picaretas de fato, isto é propôs uma destruição com a garantia da lei. Questiona o Dr. Alexandre Padilha se a lei que criou o programa do Januário Montone e do Kassab, sobre as OS, revogou a lei 13.271? Só um conselho reestruturado forte, terá condições de confrontar juridicamente este modelo que está destruindo o sistema único de saúde. Vemos em vários municípios prefeitos presos, por receberem dinheiro das OS. Devemos pensar em uma proposta política para a próxima gestão.

Dr. Alexandre Rocha Santos Padilha, Secretário Municipal da Saúde de São Paulo: Sugere, por conta da ausência de vários conselheiros importantes em seus segmentos, que pudessem passar o item Medicamentos para a próxima reunião.

Deodato, Conselheiro Titular das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Sugere que seja realizado um Pleno extraordinário com pauta única.

Nadir, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Consulta o pleno sobre a sugestão do conselheiro Deodato. Aprovado.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicita inversão de pauta, pois acha que seria importante aproveitar a presença do secretário, para discutir o Congresso de Comissões e o seminário.

Nadir, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Consulta o Pleno. Aprovado. Passa ao item Congresso de Comissões.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Foi realizada uma relação dos encaminhamentos da mesa em relação às solicitações dos participantes no evento. Realiza leitura do documento.

Encaminhamentos:

* que a Secretaria Municipal de Saúde atenda aos pedidos de reforma das instalações do CMS, bem como obedeça à tabela de lotação antiga do mesmo em obediência a lei 8080, que determina que as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde devem fornecer todos os meios necessários para a atuação do conselho de saúde e dos conselheiros;

* que a SMS apresente a tabela com valores salariais por profissional a ser contratado por Organizações Sociais, que serve de base de cálculo do valor do contrato de gestão para recursos humanos;

* o mesmo deve ser apresentado em relação a valores calculados para cada serviço constante do contrato de gestão, por exemplo: preço calculado de raio X, exames, etc.;

* que a secretaria do CMS apresente uma relação das unidades de saúde que tem Conselho Gestor implantado e em funcionamento e quais ainda não tem CG;

* que a secretaria do CMS apresente uma relação das Organizações Sociais que prestam contas em reunião pública e quais não o fazem:

* que a secretaria do CMS apresente relação dos CG que comparecem a essas reuniões e que coordenadorias divulgam essas prestações de contas e quais não divulgam;

* que a SMS apresente relação de quantas e quais unidades de saúde estão sob administração pública direta e quais sob contrato de gestão por região;

* que SMS apresente relação dos contratos e convênios celebrados entre a PMSP e entidades privadas e entre PMSP e entidades públicas;

* que SMS apresente uma relação das unidades cujos estacionamentos são terceirizados;

* que SMS apresente se haverá cortes nos serviços em virtude da atual situação financeira, de quanto será este corte e quais os serviços que serão prejudicados e que seja apresentado e discutido com o CMS;

* que SMS responda se haverá contrato de gestão para os hospitais, relação dos hospitais que serão objeto desses contratos e que o contrato seja discutido no Conselho Municipal de Saúde como a lei 141/12 determina;

* que se marque um novo Congresso de Comissões para continuidade das discussões e que seja chamado o Ministério Público do Trabalho para participar da discussão sobre a autorização de contratos de PJ nas unidades de saúde da PMSP;

* que as OSs que sucederem a outras mantenham as mesmas equipes de trabalho com os mesmos profissionais anteriores, caso haja concordância dos mesmos, conforme promessa do Secretário de Saúde em reunião do CMS;

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Esse documento tinha que ter chegado até as 18h. Quando chegou, lembra que consultou o conselheiro Nadir sobre este documento, e que foi informado que não era válido. Foi feita discussão, na Comissão Executiva foi falado que os encaminhamentos estavam sendo dados junto com a Lourdes na Comissão de RH, e que aqui iriam se aprofundar nas questões dos contratos, dos valores dos contratos. Lá no congresso de comissões solicitaram para o secretário a cópia dos contratos e que haviam sido garantidas, porém nem o representante que estava na mesa, nem os contratos estão aqui. Não quer realizar ingerência no segmento. É necessário realizar um controle social do funcionamento destas OS. A proposta era de que fosse garantido o pagamento de salário destes profissionais, caso contrário que o RH da SMS tenha responsabilidade jurídica legal de pagar. Quem fez o contrato foi a secretaria e eles. Este conselho nunca aprovou OS, conferências nunca aprovaram OS, então não cabe a nós deliberar sobre OS.

Deodato, Conselheiro Titular das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Não dá pra comparar a Capela do Socorro com o Butantã. É necessário realizar uma discussão por coordenadoria ou supervisão. As regiões devem ser analisadas individualmente para poder aprofundar melhor.

Francesca, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Deseja esclarecimento, se existe um prazo para que os órgãos e instituições apresentem essas reivindicações. Nas diversas instâncias e esferas, e em qualquer lugar deve se discutir o que é pertinente dentro da pauta. Sabe o que está fazendo aqui.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Pretende deixar claro que este documento com as propostas, com exceção do último item, foi anotado naquele dia, na mesa do evento. Não podemos inventar ou modificar aqui o que foi falado lá. Não quer saber o quanto o médico ganha, mas sim, o quanto a prefeitura paga pelo profissional. Isso é um direito de todos, e obrigação da prefeitura de mostrar isso de forma transparente. O governo deve facilitar, principalmente para os que têm dificuldade de acesso. O CMS pode aprovar ou não, mas como trabalhadora vai continuar pedindo. Isso é muito mais decente do que ter o salário no portal, informando um valor que não corresponde ao real.

Dr. Alexandre Rocha Santos Padilha, Secretário Municipal da Saúde de São Paulo: A SMS não tem problema nenhum de mostrar, aliás já mostra no portal da transparência. O prefeito

Haddad foi reconhecido pela CGU e mundialmente como a cidade que mais deixa seus dados mais transparentes. Se o CMS quer, podemos entregar em papel sem problemas.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Na executiva solicitou que a apresentação do secretário fosse enviada. Foi feita uma minuta lá na plenária que foi entregue na executiva. Nesta minuta apontaram seus pontos de vista nas falas. Para aprofundar pediram a gravação e ficou para a comissão de políticas pedir os contratos para analisar em cima da fala do secretário e encaminhamentos. Após isso, seria feito outro congresso de comissões, com tudo isso apurado. As pessoas têm que mostrar que são confiáveis. Gostaria que o que foi encaminhado na Executiva, seja o encaminhamento.

Tiago, Conselheiro Suplente representante do Poder Público: Preocupa-se com os encaminhamentos deste conselho. É necessário rever a forma de condução da plenária, pois o horário já extrapolou em muito da reunião. A Eulália pediu para sair educadamente, e disseram que era pelo problema do carro, mas não, ela saiu na hora certa, às 18h, conforme a convocatória da reunião. No seminário de planejamento, o Dr. Jorge Kayano apontou uma série de questões que devem ser revistas. Propõe que encaminhem as pautas para outro dia, uma reunião extraordinária, para não acabarmos discutindo na pressa e fazer mal feito. Pode ser feita uma deliberação do conselho de que todos os novos contratos sejam apresentados ao CMS. Devem ser mais objetivos e mais claros. Propõe que seja feita uma extraordinária para discussão do restante da pauta.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Houve falas no congresso e foram feitas sínteses. O conteúdo apresentado é correspondente ao falado no evento. Existe problema na comunicação. Havia entendido na comissão executiva, que hoje haveria mudanças. Crê que se as reuniões começarem pela Ordem do dia, serão reuniões mais proveitosas.

Adão, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Concorde com a conselheira Adenilda, mas devem homologar isso no Pleno. Nenhuma comissão deve ter poder maior que o Pleno.

Nadir, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Nos dias do seminário de planejamento haviam poucos conselheiros em relação aos eleitos. Acha uma falta de educação muito grande interromper a fala de alguém. Existe reclamação que o secretário não vem, porém quando ele está aqui, querem que ele vá embora. Não está defendendo ninguém, mas devem analisar isso. Meio período de um dia não dá pra analisar os problemas de uma cidade do tamanho de São Paulo. Todos têm direito de falar. É necessário ordem. Devem saber o que fazer. Não se faz saúde em uma cidade de 12 milhões de habitantes a toque de caixa. Cada um defende o seu umbigo, só que devemos ter coerência nas reivindicações, coerência no andamento deste conselho. Quem não tiver condições de ficar um dia aqui, que peça ao seu segmento a substituição. Isso é democracia, então devem ser respeitadas as falas de todos.

Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Essa reflexão do conselheiro Nadir é muito pertinente, é maravilhoso ouvir o secretário, mas a partir do momento que elaboramos uma pauta e esta pauta tem assuntos que demandam tempo, não concorda com a posição. O objetivo aqui era a discussão do SUS. Sobre a educação, concorda. É necessário aprender a otimizar o tempo. A reunião de políticas ontem foi feita em duas horas, organizada, com tempo controlado e objetiva.

Deodato, Conselheiro Titular das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Se o Pleno for feito em dois dias do jeito que está, não será o suficiente. Se houver disciplina, podem fazer bem feito em quatro ou cinco horas. É necessário disciplina e deixar as questões pessoais e políticas de lado.

Francisca, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Concorda com as propostas, mas acha que elas precisam ser amadurecidas. Em relação ao secretário, ele é o nosso mediador. Ele não é o pastor e nós somos as ovelhas. Os conselheiros têm os mesmos direitos. Deve haver compromisso e ponderação de ambos os lados.

Lourdes, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Concorda com a conselheira Francisca. É importante ouvir ambos os lados. Para a Francesca, não devemos ficar intimidados quando colocamos algo e o secretário coloca outra coisa. Neste momento devem encaminhar as decisões. Às vezes um pede a palavra dez vezes e isso não ajuda. Gostaria de sair daqui já com a data do congresso de comissões.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Participa de várias comissões e todas encaminham, fazem ata e deliberam. Só no Pleno não anda. Se surpreende, pois aqui o Secretário não é secretário, mas sim conselheiro. Todas as suas falas com o secretário foram baseadas em lei. Cadê o chefe de gabinete? Estes documentos já foram discutidos e encaminhados nas comissões. Propõe que apenas sejam aprovadas pelo Pleno. Da próxima vez que o secretário vier e fizer a mesma coisa que fez hoje, vai pedir licença e vai parar. Quando seu segmento pedir a palavra, quer que a palavra seja garantida. Que não ocorra mais ingerência de outro segmento.

Adão, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: O conselho não tem dono, é um coletivo que decide junto. O secretário quando senta aqui é um conselheiro. Na condição de segmento de usuário, não se manifestou sobre a fala do secretário em relação a conselheira Francesca, apesar de achar grosseira, mas é uma resposta de que irá apurar os fatos. Por conta disso se sentiu contemplado.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Ele desviou o assunto porque nós permitimos. Estamos abrindo a deixa para que ele fuja da questão principal. As pessoas têm que esperar, mas como o rapaz é do PCdoB, ficaram em cima. Tem que esperar a volta da pauta no congresso de comissões. Quando vem autoridades com outros assuntos para se desviar do principal, nós permitimos. Isso é na câmara, aqui ou em qualquer lugar. Pede a

mesa que encaminhe a questão dos encaminhamentos do congresso de comissões. Se não houver nenhuma alteração, põe em votação para o Pleno.

Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Informa que é um representante do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB. Está há 35 anos. Quando os companheiros vieram e disseram o que queriam, não foi por serem do PCdoB. Não existem provas de ter cerceado falas por qualquer que seja o motivo. Aqui é defendida a luta. Nos digladiamos aqui em defesa dos que necessitam. Pede respeito ao Partido Comunista do Brasil, com quase um século de vida e luta. Aqui o PT e o PCdoB são aliados. Estão defendendo o governo da presidente Dilma na câmara federal. Coloca aqui como protesto a forma como seu partido foi citado.

Deodato, Conselheiro Titular das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Sobre o congresso de comissões, acrescenta que sejam feitos de forma regionalizada.

Nadir, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Recebe proposta de que o congresso com o tema dos contratos de emergência seja dia 19/07, às 14h. Deverá ser agendada uma extraordinária para tratar dos medicamentos.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Os contratos das OS devem chegar ao CMS. O valor destes contratos também. Concorde com os congressos regionais, mas depois devem fazer outro para uma proposta política concreta. Os contratos não chegaram, a transcrição da fala do secretário também não. A conjuntura política hoje mudou. Crê que não devam tomar nenhum encaminhamento antes de obter a resposta dos congressos das regiões, e um congresso central com deliberação.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Diz ser necessária uma data para o planejamento também. Deseja que os conselheiros compareçam. Propõe que a executiva defina a data. Aprovado pelo Pleno.

Nadir, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Passa ao item CPI. Aprovado pelo Pleno. Passa ao item CEPs. Após debate e definição. Passa ao item, moção de repúdio ao ministro da saúde.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Acha que a moção do Conselho Estadual ficou excelente, e por isso só adaptou ao município. Realiza a leitura da moção.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO MINISTRO DA SAÚDE RICARDO BARROS

Nós, Conselheiros Municipais de Saúde de São Paulo, reunidos no Pleno da 209ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, no dia 09 de Junho de 2016, vimos, veementemente, repudiar a atitude nefasta do atual Ministro da Saúde Ricardo Barros, que

manifestou a intenção de redimensionar o acesso universal à saúde proporcionado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que efetivamente causará um grave retrocesso social.

O apoio declarado pelo Ministro à proposta de Emenda à Constituição 143/2015, se contrapõe aos Artigos 167, IV, 195, 196 e 198 da Constituição Federal de 1988. Sem vinculações de receitas com patamares de gasto mínimo e Fundos de Saúde, o desmonte do SUS se dará por insuficiência de recurso, recurso esse ainda hoje mal amparado pelas insipientes formas de vinculação de receita e/ou despesa especialmente do Governo Federal.

Mudanças voltadas à desvinculação de parte das verbas asseguradas à saúde ferem as bases estruturais que garantem Direitos Sociais da Constituição Federal. O patamar mínimo deve ter por base a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 01/2015, fruto de ampla mobilização social.

A afronta à Seguridade Social já é sentida pela população brasileira, com os efeitos da Emenda constitucional – EC-86/15 que diminuiu os recursos federais e incluiu as emendas impositivas. Sofre ainda o risco de outra Emenda Constitucional, a PEC 451/2014, de autoria do deputado Eduardo Cunha, que altera o art. 7º da Constituição, que pretende inserir novo inciso, o XXXV, que obriga todos os empregadores brasileiros a garantirem aos seus empregados serviços de assistência à saúde, exceto trabalhadores domésticos. Planos e Seguros de saúde não são alternativas para o SUS, 80% da população brasileira é dependente desse sistema público de saúde e a transformação prevista transforma um Direito Constitucional em uma assistência pobre para pobres. O Direito à Saúde se efetiva pela implantação de políticas sociais e econômicas que à redução do risco de doenças e pelo acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, assegurada prioridade para as atividades preventivas. E é isso que exigimos que seja realizado.

Apesar da atual conjuntura, reafirmamos que o Sistema Único de Saúde é um patrimônio da sociedade brasileira, e não deve ser tratado como projeto deste ou de qualquer governo ou partido. Seu caráter universal, que tem como base a equidade, está expresso na Constituição Federal de 1988 como “direito de todos e dever do estado”.

Saúde não é negocio e nem mercadoria.

Saúde Pública de técnicos que conheçam o Sistema único de Saúde e ações de saúde Coletiva.

O Ministério da Saúde não é um de empregos ou um espaço para acomodar aliados.

Solicitamos a revisão das propostas e substituição do atual Ministro por um técnico que defenda o Sistema Único de Saúde.

Encaminhamentos para o documento: Comissão de Saúde da Câmara, Comissão de Saúde da ALESP, Secretário Municipal de Saúde, Secretário Estadual de Saúde, Conselho Nacional de Saúde e Conselho Estadual de Saúde, Presidente interino, Câmara e Senado Federal. É

necessário união para vencer esta luta. Acrescenta o envio ao Ministério Público Federal e Estadual e ao Ministro da Justiça. Sobre a cópia da CPI, querem pedir oficialmente em nome do CMS. Estão com um inquérito civil público no Hospital do Tatuapé. Irão pedir para que seja incluído no grupo de trabalho, um grupo do CMS.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Na executiva isso já foi encaminhado.

Nadir, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: É necessária uma conversa no CMS sobre planos de saúde. Precisam trazer a discussão aqui. Isso é saúde também. Temos que saber como vamos lidar com este tema aqui. Temos que estar a par do valor de reembolso dos planos, pois este pode ser um dinheiro utilizado aqui na cidade.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: O relatório da câmara foi para o MP, propõe que peçam o relatório do MP sobre o assunto. Se houver amparo legal do MP, fica mais fácil a discussão.

Nadir, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Encerra a reunião.